

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - SENAD
ILMO. SENHORA COORDENADORA DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

Referente: Contratação de Leiloeiro(a) Público(a) Oficial
Edital de Pregão Eletrônico nº. 04/2019, na forma "eletrônica", do tipo "menor preço".

FÁBIO GONÇALVES BARBOSA, Leiloeiro Oficial regularmente inscrito na JUCEPAR sob o nº 12/042-L, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 7.380.788-3 SSP/PR e do CPF/MF nº. 036.503.789-30, residente e domiciliada à Avenida Presidente Vargas, n.º 181, Centro, Araruna/PR - CEP 87.260-000, participante do Pregão eletrônico que tem como objeto a Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos – área de abrangência: Região de Foz do Iguaçu e Guaíra, vem por meio deste a presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do resultado do dito Pregão Eletrônico, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1- DOS FATOS E DO DIREITO

Este recorrente procedeu com uma leitura minuciosa do edital, atentando-se para os documentos e obrigações, que o leiloeiro deveria atender para participação no certame. Desta maneira, participou do Pregão Eletrônico em epígrafe, apresentando proposta para os itens 1 e 3, ambos referentes a realização de leilões de bens apreendidos no Estado do Paraná, sua área de atuação.

Contudo, após a finalização do pregão, a proposta vencedora foi de 0% (zero por cento), referente a comissão a ser paga pelo órgão promovente da licitação.

Data vênia, considerando-se as exigências do instrumento editalício, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente da realidade.

Se o raciocínio não for este, verificado está o superfaturamento dos orçamentos colhidos pela Administração. Assim, em uma análise superficial pode-se afirmar que o licitante vencedor e, bem assim, a Comissão de Licitação não compreenderam o esforço a ser empreendido no trabalho a ser contratado pelo Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas.

Explica-se: o valor da proposta da empresa vencedora, notoriamente não acoberta o custo de remoção, guarda e armazenamento, contratação de profissionais capacitados para os procedimentos específicos para essa espécie de leilão, manutenção das exigências referente ao depósito, entre outros atos necessários para execução do objeto da licitação.

A matemática é simples: Supondo que a empresa não pague impostos e não tenha qualquer outro custo adicional, apenas a comissão a ser paga pelo arrematante não daria para cumprir com todas as obrigações exigidas e ter algum LUCRO.

Embora se possa alegar que o valor do prejuízo será absorvido pelo leiloeiro vencedor, há necessidade de se verificar se a licitante, por exemplo, teria estrutura que pudesse cobrir todas as despesas operacionais e, ainda, manter a saúde das entregas editalícias, ainda mais no atual cenário econômico totalmente desfavorável.

O procedimento licitatório tem um objetivo. É oportunizar, após sua realização, a formalização do contrato entre a Administração e o licitante vencedor.

Desta forma, se o conteúdo da proposta, não só quanto ao preço como às demais condições, não permite que, se vencedor, se realize o contrato administrativo, não ingressa

na razoável área da competitividade e desatende o essencial objetivo da avença posterior.

O inciso II do Art. 48 da Lei 8.666/93, dispõe:

"Art. 48. Serão desclassificadas:

[...]

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação".

Logo, extrai-se a importante conclusão de que é indispensável a descrição exaustiva do objeto licitado, no ato convocatório, de forma a que seja garantido um nível mínimo de qualidade do serviço a ser prestado.

A moderação na definição precisa do objeto dá margem a que o licitante apresente uma proposta irrisória, vença a licitação e, conquanto não preste um serviço à altura do que era pretendido pela administração, ainda assim, atenda às condições do edital.

O julgamento das propostas é ato vinculado, para cuja edição não se oferece qualquer alternativa ao administrador. Assim, na situação da proposta vencedora e outras iguais apresentadas, faz-se necessário ser reconhecida a inexequibilidade e determinada a desclassificação.

Assim, à semelhança do que fez o legislador no § 1º do art. 48, da Lei 8.666/93, devem-se considerar como parâmetro, não apenas o valor orçado pela Administração (que pode, por diversas razões, não corresponder à realidade), mas, também, as propostas apresentadas pelos demais licitantes.

A fragilidade de uma proposta inexequível pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro classificado vence o certame, atinge seus objetivos, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre o tema:

"Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93: (...). Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos."

No mesmo sentido são as lições de Marçal Justen Filho :

Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante.

[...]

Usualmente, a insuficiente contratação acarretará a avançada elevação por dos valor custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes.

No final, a Administração obterá uma prestação de serviços de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato. (grifamos)

A peça recursal já indicou evidências para amparar o pedido de diligências para aferição da inexequibilidade e legalidade das propostas. Assim, além do critério de menor preço para a classificação das propostas, a Administração deve observar as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital. Isso significa que as propostas devem ser avaliadas com base nos critérios elementares apontados no Edital e demais normas aplicáveis à espécie.

Os arts. 44, §3º e 48, II e §§1º e 2º, devem ser interpretados no sentido de que a formulação de proposta de valor reduzido exige avaliação cuidadosa por parte da Administração. A evidência de prática de valor irrisório deve conduzir à formulação de diligências, destinadas a apurar a viabilidade da execução, inclusive com a verificação de outros dados no âmbito do licitante.

A legislação de regência veda que sejam aceitos preços superiores ao estimado (excessivos), e no mesmo sentido proíbe a admissão de propostas com preços muito aquém

do orçado pelo órgão licitante.

Na hipótese desse certame é possível verificar que o licitante declarado vencedor, no anseio de obter a contratação, ultrapassou o limite da exequibilidade, reduzindo os preços a valores inferiores aos manifestamente plausíveis.

É nesse sentido, para evitar ações aventureiras, que as normas pertinentes buscam imperativamente que a Administração se resguarde da formulação de propostas com preços inexequíveis. Para tanto, o órgão licitante deve estar seguro de que o contrato será executado nos moldes exigidos no edital, com investigações prévias à assinatura do instrumento acerca dos preços ofertados.

Nesse sentido a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

10. A propósito do procedimento, ora anunciado, parece-me imperioso frisar, de início, que, nos termos legalmente estabelecidos, é prevista a desclassificação de propostas na licitação que tenham valor global superior ao limite estabelecido ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis, significando dizer que, uma vez submetidos ao critério estabelecido no §1º anteriormente transcrito, os preços que se situem em patamares inexequíveis, deverão, necessariamente, ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ter desclassificada sua proposta 4.

Considerando tudo o que foi exposto é de se concluir que a proposta do Licitante vencedor é manifestamente inexequível, devendo a Administração realizar diligências no sentido de confirmar a real exequibilidade da proposta.

2- DOS PRINCÍPIOS APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

A licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público, e de, outro a garantir a Legalidade, princípio de fundamental importância para que os particulares possam disputar, de forma justa, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar.

Isto posto, a Licitação deve obedecer as condições que permitam sindicar a observância dos princípios da Legalidade, da Vinculação ao Edital, da publicidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa entre outros, sem o que restam, comprometidas a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos, como definido no caput do art. 3º. da Lei 8.666/93 e Art. 37, XXI, da CF:

"art. 3º. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LEGALIDADE , DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHES SÃO CORRELATOS."
(grifo nosso)

Com fulcro em tais preceitos legais, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser obedecidos. Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

Celso Antônio Bandeira de Mello assim dispõe:

"Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra".

É oportuno ponderar que o princípio jurídico deve ser compreendido e aplicado sem a perda da harmonia e coerência do sistema do direito positivo.

3. DO PEDIDO:

Diante de todo o acima exposto, o Recorrente vem através do presente REQUERER que seja recebido, e ao final julgado totalmente PROCEDENTE o presente Recurso Administrativo, considerando a proposta vencedora como inexequível e a consequente desclassificação do licitante vencedor.

Termos em que,
Respeitosamente,
Pede e Espera por deferimento.

Araruna/PR, 09 de maio de 2019.

FÁBIO GONÇALVES BARBOSA
Leiloeira Oficial
JUCEPAR 12/042-L

Fechar